

# A Política da Lusofobia: Partidos e Identidades Políticas no Rio de Janeiro (1848-1849)

*The politics of lusophobia: parties and political identities in Rio de Janeiro (1848-1849)*

**Jefferson Cano\***

*Artigo recebido e aprovado em maio de 2007*

## Resumo:

Este artigo analisa o significado de um discurso antilusitano na linguagem política do Brasil do século XIX. O foco da pesquisa é a imprensa do Rio de Janeiro, em um momento marcado pela ascensão de um novo gabinete e suas conseqüências — a inversão política e a emergência de uma rebelião em Pernambuco. Naquele momento, o tema da nacionalidade desempenhou, de diferentes maneiras, um papel central na construção da identidade política tanto para o partido liberal quanto para o conservador. Este estudo sugere a importância destas identidades políticas para entender os conflitos no mercado de trabalho urbano.

## Palavras-chave:

Partidos políticos, identidade nacional, xenofobia.

## Abstract:

This article analyses the meaning of an anti-Portuguese discourse in the political language of nineteenth-century Brazil. The research is focused in Rio de Janeiro newspapers, in a moment that was marked by the rise of a new cabinet and its consequences — the political inversion and the emergency of a rebellion in Pernambuco. In that moment, the issue of nationality played, in different ways, a central role in the forging of

\* Professor do Departamento de Teoria Literária da UNICAMP. Este texto beneficiou-se da discussão com os colegas da linha de pesquisa em História Social do Trabalho da UNICAMP e da linha de pesquisa em História e Cultura Política da PUC de Campinas. A todos eles deixo registrado meu agradecimento.

political identity both to liberal and conservative parties. This study suggests the importance of these political identities to understand the conflicts in the urban labour market.

---

**Keywords:**

Political parties, national identity, xenophobia

## 1 – Introdução

Além da sisuda praxe jornalística de iniciar cada ano com uma retrospectiva do ano findo, o *Correio Mercantil* ilustraria seu primeiro número de 1849 com a leve ironia de um soneto publicado em sua coluna de “A Pedidos”, assinado por \*\*\*\* e intitulado “O ano de 1848”:

Lá se foi o fatal quarenta e oito,  
Ano d’altas desordens e desgraças,  
Em que do poviléu as rudes massas  
Mostraram o despejo o mais afouto.

Quis o pobre comer carne e biscoito  
Do rico à custa, e se insurgiu nas praças;  
E cousas houve, que não foram graças,  
E o fizeram ficar quedo em seu couro.

Guerra de povos contra os reis e guerra  
Destes com eles, e cegueira em todos;  
Mortes, lágrimas, sangue em toda a terra.

Eis o quadro do ano, e os novos modos  
De ser feliz quem da razão aberrar;  
Eis a Europa pior que em mãos de Godos.<sup>1</sup>

A retrospectiva podia ser irônica, mas apenas seis meses antes a perspectiva era, pelo contrário, dramática. Ao apresentar-se diante do Senado como o novo presidente do conselho de ministros, em junho de 1848, o liberal Paula Souza expressava seu temor diante das ressonâncias que poderiam encontrar no Brasil os movimentos revolucionários em curso na Europa:

Eu julgo que o país corre perigo: no estado de agitação geral que atualmente se tem desenvolvido na Europa, parece-me que só nos devemos salvar se for possível identificar-se o governo com a nação (...). Se eu visse que só se tratava de questões políticas, não julgaria ser o perigo tamanho; mas as frases que têm aparecido nos diversos movimentos

---

<sup>1</sup> *Correio Mercantil*, 03/01/1849.

da Europa não se limitam às questões políticas; envolvem questões sociais, ameaçam os elementos fundamentais das sociedades atuais. Ora, o Brasil, que tem condições sociais anômalas, muito mais perigo corre que qualquer outra nação, se os homens influentes não trabalharem com eficácia, com zelo, com entusiasmo, para salvá-lo.<sup>2</sup>

O surgimento de questões sociais em meio às agitações políticas, que preocupava Paula Souza, era em suma o que se traduzia no soneto do *Correio* pela imagem muito expressiva do pobre que se insurgia nas praças para comer carne e biscoito à custa do rico. Mas o fato é que, quando o poeta anônimo versejava pela imprensa da Corte suas rimas de ano novo, não faltava quem visse desordens e desgraças muito mais próximas, com as mãos de godos já se estendendo por sobre esta banda do Atlântico. Pois desde novembro de 1848 eclodira em Pernambuco uma revolta liderada pelos liberais apeados do poder e, para quem acompanhasse o desenrolar dos acontecimentos através de uma folha liberal, como o *Correio Mercantil*, seria fácil concluir que já estava diante da tal “questão social” que se temia — enfim não sem razão.

Certamente, ao falar em “condições sociais anômalas”, o liberal paulista referia-se ao lugar da escravidão na sociedade brasileira. E, de fato, ao longo do século XIX, poucos políticos brasileiros duvidariam ser a escravidão a anomalia social do país, ainda que fosse para todos uma necessidade econômica. Mas, naqueles meados do século, as tensões presentes no mundo do trabalho iam bem além daquelas entre senhores e escravos, como há muito tempo vem mostrando a historiografia. Uma presença maciça de imigrantes portugueses no comércio de varejo e a decorrente concorrência pelos postos de trabalho no mercado urbano teriam alimentado a lusofobia dos nacionais, fazendo dos portugueses alvos da hostilidade popular. Segundo Luiz Felipe de Alencastro, no ano de 1849 os portugueses representavam 10% da população do município do Rio de Janeiro, que contava ainda com 41,5% de escravos, chegando então os portugueses a 17% da população livre; se essa presença já era significativa, ainda mais notável se fazia na medida em que concentrava, entre 1856-57, 35,3% das casas de comércio, ou 43,2% do comércio de alimentos.<sup>3</sup> Referindo-se a um período anterior, Gladys Sabina Ribeiro também apontou a concorrência no mercado

<sup>2</sup> *Anais do Senado do Império Brasileiro*: sessões de junho de 1848. Brasília: Senado Federal, 1978, p. 6.

<sup>3</sup> Alencastro, Luiz Felipe de. Proletários e escravos: imigrantes portugueses e cativos africanos no Rio de Janeiro, 1850-1872. In: *Novos Estudos Cebrap*, n° 21, 1988, p. 54 e 34.

de trabalho como fonte de conflitos inter-étnicos, bem como o cruzamento entre os significados políticos e sociais presentes nessa disputa. Segundo a autora, “na esfera das vivências cotidianas, as rivalidades entre portugueses e brasileiros natos, além de remontarem a questões políticas e à construção do que era ‘ser português’ e ‘ser brasileiro’, reportavam-se às lutas pela sobrevivência e a alguns privilégios no mercado de trabalho que os portugueses haviam conseguido”.<sup>4</sup> E Marcus de Carvalho, analisando o caso de Pernambuco, apontou a idéia da nacionalização do comércio de retalho como a “pedra de toque da mobilização popular” no Recife durante o predomínio praieiro na província, concluindo que “o nativismo, ou melhor dizendo, o antilusitanismo continuaria sendo um importante instrumento ideológico de mobilização popular durante todo o século XIX”.<sup>5</sup>

A referência a uma idéia nativista como característica dos liberais já estava presente em um dos trabalhos mais inovadores realizados na década de 1980 sobre a política imperial. Analisando a formação e a relação entre os partidos, Ilmar Rohloff de Mattos afirmava que o triunfo dos conservadores sobre os liberais “residiria no esvaziamento da problemática nativista, que insistia em opor brasileiros a portugueses como o cerne da questão política, e na imposição da questão da escravidão, no momento de consolidação do Estado imperial.”<sup>6</sup> Os liberais, por sua vez, contrários aos saquaremas, mas “praticamente sem ter o que opor” ao seu avanço, “tenderam a insistir na velha crítica ao elemento português”<sup>7</sup>, que seria o representante de um passado de opressão com o qual era preciso romper, o que daria o sentido de sua ação política:

Passava-se a viver o mito da Revolução, com toda a força que a Revolução de 1789 lhe imprimira ao redefinir a esfera do poder em nossas sociedades, conferindo-lhe o estatuto de instrumento de

<sup>4</sup> Ribeiro, Gladys Sabina. *A liberdade em construção: identidade nacional e conflitos antilusitanos no primeiro reinado*. Rio de Janeiro: Relume Dumará/Faperj, 2002, p. 106.

<sup>5</sup> Carvalho, Marcus J.M. de. O galego atrevido e malcriado, a mulher honesta e o seu marido, ou política provincial, violência doméstica e a Justiça no Brasil escravista. In: Rachel Sohiet, Maria Fernanda Baptista Bicalho & Maria de Fátima Silva Gouvêa (org.). *Culturas políticas: ensaios de história cultural, história política e ensino de história*. Rio de Janeiro: Mauad/Faperj, 2005, p. 224. Veja-se também, Carvalho, Marcus, J.M. de. Os nomes da Revolução: lideranças populares na insurreição Praieira, Recife, 1848-1849, *Revista Brasileira de História*, vol. 23, nº 45, 2003, p. 230: “Até certo ponto as manifestações antilusitanas foram toleradas, ou mesmo encorajadas, pelo governo praieiro”.

<sup>6</sup> Mattos, Ilmar Rohloff de. *O tempo saquarema: a formação do estado imperial*. Rio de Janeiro: Access, 1994, p. 143.

<sup>7</sup> Ibidem, p. 135.

esperança das mudanças sociais, vistas como necessárias e generosas. Passava-se a viver o mito da Revolução, até mesmo porque esta sempre aparecia traída – vejamos-se 1822, 1831 (uma *'journée des dupes'*), 1842 ou 1848 – ou incompleta. (...) E tal mito possibilita-nos diagnosticar, hoje, a esperança que movia aqueles liberais, ao lado de um isolamento crescente que tanto sublinhava em cada um deles uma pureza de propósitos quanto a impossibilidade de perceber no momento em que viviam o que era concretamente novo e diferente, embora da idéia do novo utopicamente se nutrissem.<sup>8</sup>

Mais recentemente, Jeffrey Mosher retomou a questão do antilusitanismo considerando-o um ingrediente da política do partido liberal pernambucano capaz de demarcar diferenças ideológicas e programáticas claras em relação aos conservadores, podendo explicar também as diferenças entre os dois partidos quanto a suas composições socioeconômicas, seus apoios políticos e a disposição para recorrer à violência.<sup>9</sup> Todos esses autores, por meio de contribuições historiográficas importantes e originais, apontam para três níveis distintos, mas imbricados num todo complexo, que formavam o chão histórico do nativismo antilusitano: a concorrência dos trabalhadores nacionais livres com um forte contingente de imigrantes portugueses pelos postos de trabalho no mercado urbano; a politização dessa disputa econômica na construção de significados para o ser português e ser brasileiro; e a instrumentalização partidária desses significados, na definição dos campos políticos conservador e liberal. Focalizando este terceiro nível da análise, as próximas páginas tomam por objeto uma discussão que ocupou durante meses a imprensa da Corte, acompanhando a emergência e os desdobramentos de um discurso antilusitano. Considerando que as identidades políticas não expressam uma essência (seja ideológica ou socioeconômica), mas uma construção mutável e fugidia, que responde às exigências das disputas do momento, tentaremos argumentar que a sobreposição de questões políticas e sociais, que tanto impressionava Paula Souza, não era consequência das “condições sociais anômalas” do país nem do contágio revolucionário europeu, mas uma estratégia deliberada, que fazia sentido dentro da configuração partidária daquele momento e de sua linguagem política própria.

<sup>8</sup> Idem.

<sup>9</sup> Mosher, Jeffery. Political mobilization, party ideology and lusophobia in nineteenth-century Brazil: Pernambuco, 1822-1850. In: *Hispanic American Historical Review*, 80 (4), 2000, p. 882-83.

## 2 – Do uso das “paixões perigosas”

Em 1848, o deputado pernambucano Nunes Machado apresentou na Câmara dos Deputados dois projetos: um, no dia 3 de junho, que nacionalizava todo o comércio a retalho no país; outro, no dia 10, obrigava todas as casa de comércio a terem pelo menos um caixeiro brasileiro, além de dispensá-los do serviço da guarda nacional. Nas breves justificativas apresentadas, o autor dos projetos se referia, no primeiro deles, à “triste condição do cidadão brasileiro, que até hoje se vê esmagado debaixo do peso de uma concorrência absoluta, de uma igualdade com o mundo todo”<sup>10</sup>; na semana seguinte, apresentava suas propostas como “medidas que abriguem mais o país”, de modo a não se colocar os brasileiros “abaixo dos últimos estrangeiros”.<sup>11</sup> Os projetos entraram em discussão na sessão de 28 de junho, o que o *Correio Mercantil* noticiou, reconhecendo que os trabalhadores nacionais se encontravam em desvantagem frente aos estrangeiros, uma vez que se viam obrigados à prestação de serviços como o da guarda nacional, do júri e “mil outras ocupações públicas”. Em consequência, segundo o *Mercantil*, os brasileiros estariam sendo excluídos das “profissões industriais”, que assim acabavam monopolizadas por estrangeiros:

O nosso comércio é, em sua grande maioria, composto de estrangeiros, porque o nacional não é admitido como caixeiro, e da classe dos caixeiros saem quase todos os comerciantes. As poucas fábricas que possuímos recusam operários brasileiros, visto que muitas vezes, no maior aperto do serviço, acham-se expostas ao abandono, pelo chamamento pelo serviço da guarda nacional, ou pelo recrutamento de exército e armada etc.<sup>12</sup>

Entretanto, apesar de reconhecer o problema, o redator duvidava da conveniência dos projetos apresentados, cujas consequências poderiam ser “ou um ciúme selvático para com o estrangeiro, ou uma restauração do exclusivismo protetor, tão altamente condenado pela ciência”.<sup>13</sup> As restrições que a folha liberal fazia aos projetos do seu correligionário acompanhavam as restrições do próprio gabinete,

<sup>10</sup> *Anais da Câmara dos Deputados - 1848*, t. 1, pp. 172-173.

<sup>11</sup> *Anais da Câmara dos Deputados - 1848*, t. 1, pp. 213-214.

<sup>12</sup> *Correio Mercantil*, 30/06/1848.

<sup>13</sup> *Idem*.

expressas no início do debate pelo ministro dos negócios estrangeiros, Bernardo Souza Franco, que duvidava das vantagens de tal projeto e propunha o adiamento de sua discussão. Nunes Machado tomaria então a defesa de seu projeto com muito mais ênfase, retomando do discurso inaugural do gabinete Paula Souza a ameaça revolucionária que vinha da Europa, o que, para o deputado, pedia justamente que se atendessem às questões sociais, mais que às políticas:

O que vale à Inglaterra a sua legislação modelo, se ali está a Irlanda como um espectro, ameaçando a sua integridade? O que valeu à França a sua ótima legislação, se uma grande porção de franceses morria de fome por falta de ocupação? O que pode pois valer ao Brasil que a punição dos crimes pertença antes aos juizes inamovíveis do que aos delegados e subdelegados; o que importa que um presidente de província, um comandante de armas, um inspetor de tesouraria, um juiz de direito, deixem de ser eleitos deputados, se porventura continuar o país a estar sem garantia de meios certos de subsistência?<sup>14</sup>

Na Câmara o debate já havia minguado antes que o *Correio Mercantil* interviesse novamente, justificando sua demora pelo medo de dar publicidade a uma discussão tão melindrosa. O liberal carioca mais uma vez explicitava sua divergência em relação aos projetos de seu correligionário do norte, reafirmando a defesa da liberdade de comércio, pré-requisito para as correntes de imigração, que enriqueciam o país ao qual se dirigiam, pela introdução de “novos braços e capitais”. Era aí, entretanto, que se encontrava a própria origem do problema ao qual se referiam as discussões do momento:

(...) ou em virtude dos capitais que importam consigo, ou de mais subido crédito para com os seus possuidores, ou por diversas outras razões, são em regra os estrangeiros os que mais lucros tiram destes mesmos capitais e dos meios produtivos do país, e portanto os que mais prontamente enriquecem e ganham vantajosas posições. E daí as comparações desfavoráveis aos nacionais, ou pelo menos àquela parte dos nacionais que não tem sido tão feliz, e como consequência o ciúme dos estrangeiros, as queixas contra o governo ou legislação, que assim os favorecem e os felicitam mais do que os próprios naturais do país.<sup>15</sup>

<sup>14</sup> Anais da Câmara dos Deputados - 1848, t. 1, pp. 288-289.

<sup>15</sup> Correio Mercantil, 11/08/1848.

Mas a experiência já teria demonstrado o engano que expressava este “ciúme”, bastando para isso comparar a prosperidade das províncias litorâneas do Império, “mui freqüentadas pelo comércio estrangeiro”, ao atraso daquelas do interior. Por outro lado, nessas últimas, onde não se verificava a presença de grandes comerciantes estrangeiros, nem por isso seus habitantes, nacionais, enriqueciam mais facilmente; pelo contrário, “não saem nunca da pobreza em que viveram seus pais”.<sup>16</sup> Além do mais, o Brasil não se encontrava na situação dos países europeus, excessivamente povoados, nos quais era uma necessidade evitar a concorrência estrangeira; no Brasil, pelo contrário, “uma superabundância de terrenos oferecem aos habitantes atuais, e por muito tempo aos novos vindos, subsistência abundante, e fácil”.<sup>17</sup>

Na verdade, toda a discussão sobre a restrição aos estrangeiros se dava em torno do comércio a retalho, isto é, do mercado urbano, e emergia nas cidades litorâneas, sendo o projeto apresentado por um deputado do Recife e discutido por um jornal do Rio de Janeiro. Para o redator do *Correio Mercantil* talvez fosse conveniente ignorar estes detalhes; talvez fosse melhor ignorar também que o fato de as províncias litorâneas serem as mais “freqüentadas pelo comércio estrangeiro” indicava que a grande maioria de imigrantes não buscava a subsistência nos tais terrenos abundantes do interior, mas sim os escassos postos de trabalho nas cidades, o que afinal estava na origem dos projetos de Nunes Machado. Mas a relutância em tocar a questão, o silêncio medroso com que a cercaram a princípio e até mesmo o esforço de negá-la, reelaborando-a sobre um argumento econômico, não ocultavam — pelo contrário, explicitavam — tanto o seu significado social mais imediato quanto o significado político, que opunha dois grupos do partido liberal.

O próprio Nunes Machado só apresentara seus projetos ao Parlamento após longa relutância frente às pressões das bases provinciais do partido e, quando finalmente os apresentou, já era necessário todo o cuidado para distanciar-se de outros grupos mais radicais que encampavam a mesma questão em seus discursos.<sup>18</sup> Mas, qualquer

<sup>16</sup> Idem.

<sup>17</sup> *Correio Mercantil*, 16/08/1848.

<sup>18</sup> Segundo Izabel Andrade Marson, Nunes Machado via projetos mais radicais que o seu na restrição ao estrangeiro como uma ameaça que faria o partido da Praia “retrogradar ao tempo do selvagerismo”; além disso, via “com muitas reticências as ligações do partido com o grupo republicano do Recife” e “tinha toda a consciência do perigo que o uso efetivo do ‘povo’ podia acarretar ao partido”, . Cf. MARSON, Izabel A. *O Império do Progresso: a revolução praieira*. São Paulo: Brasiliense, 1987, pp. 380-81.

que fosse o cuidado daqueles liberais, a tensão entre nacionais e estrangeiros estava sempre latente no ambiente urbano, podendo aflorar em determinados momentos que catalisavam outras tensões latentes, como se deu nas eleições municipais da Corte, realizadas em 7 de setembro daquele mesmo ano.

Segundo informava o *Correio Mercantil*, as mesas paroquiais haviam se formado para aquela eleição “sem a menor alteração da tranquilidade da capital”, contemplando a representação de ambos os partidos. O entusiasmo e a agitação do espírito público até haviam levado alguns grupos a percorrerem as ruas com bandas de música, dando vivas, mas sem “ato algum repreensível”.<sup>19</sup> Apesar disso, porém, um fato sem “importância nem alcance algum” teria provocado “algum susto, e obrigou a fecharem-se algumas lojas”. De acordo com o órgão liberal, tudo teria começado na freguesia de Santa Rita, onde os conservadores usavam de “todos os meios para impedir que votassem os seus adversários”, chegando mesmo a ocorrer alguma troca de murros. A notícia deste incidente sem importância teria chegado com algum exagero à freguesia do Sacramento, de onde então partiu “um grupo de povo” para a de Santa Rita, dando vivas, “misturados com um ou outro grito imprudente, que altamente reprovamos”. O que o redator não mencionava, mas podemos inferir, é que este grupo de povo que foi de Sacramento a Santa Rita devia ser de militantes do partido liberal, visto que em Sacramento este “parecia estar em maioria”, ao contrário de Santa Rita, onde a oposição ia “julgando-se mais forte”.

Ao passar diante de um açougue na rua das Violas, dera-se o incidente: do grupo de votantes partira algum insulto ou “alguns vivas entusiásticos”, o que teria irritado o açougueiro, que lançou sobre os manifestantes uma machadinha, ferindo uma pessoa gravemente no braço. Quanto ao açougueiro, não sabemos o quanto foi ferido, mas sabemos que a multidão acometeu “tumultuariamente” o açougue, e nem a chegada da polícia pôde livrá-lo “do furor dos agredidos, alguns dos quais o maltrataram de pancadas”.

Preso o carnicheiro, no entanto, o grupo se dispersou, ainda que com alguma gritaria, e inclusive alguns morras, “como é o ordinário em tais casos”, sempre segundo o fleumático redator. É verdade que mesmo de um caso tão ordinário haviam-se aproveitado “alguns mal intencionados para espalhar o terror entre a população”, fazendo muitas lojas se fecharem; mas desde então não constava ao jornalista que

<sup>19</sup> *Correio Mercantil*, 09/09/1848.

tivesse ocorrido “mais coisa alguma digna de menção”. Afinal, muitas outras coisas não lhe pareciam dignas de menção, como, por exemplo, o que diriam os tais gritos imprudentes que se ouviram, a quem seriam dirigidos os morras, ou mesmo qual seria a nacionalidade do açougueiro, questões cujas respostas voltamos a inferir, a partir da conclusão desta notícia:

O ciúme contra os adotivos ou contra os Portugueses é nas circunstâncias atuais uma verdadeira loucura. Eles não exercem entre nós a influência de outros tempos; nem o seu número, nem a sua ilustração, nem as circunstâncias do tempo permitem que em boa fé possamos da sua parte temer coisa alguma. Assim persegui-los é abusar da força, é oprimir aos fracos, é verdadeira covardia, com que não desejamos ver manchados os nossos patrícios.<sup>20</sup>

Talvez porque escrevesse no calor da hora, o jornalista liberal acabava por um momento abandonando a reticência com que tanto se esquivava de reconhecer a existência de conflitos com os portugueses na Corte. Já no dia seguinte, porém, mais um artigo sobre as eleições municipais retomava o tom habitual:

Não é exato que o caráter principal desses pequenos distúrbios fosse o de rixas entre Brasileiros e Portugueses. Pelo que em geral podemos observar era a questão entre Saquaremas e Liberais. (...) Um ou outro grito em sentido diverso, que se ouviu, nem pertence ao partido liberal, nem a entidade alguma que tenha a mínima importância política.<sup>21</sup>

Lida em conjunto com o artigo do dia anterior, tal negação era pouco confiável, mas muito esclarecedora. Afinal, se para os liberais era necessário negar a existência de conflitos étnicos marcados pelo antilusitanismo, era justamente por ser este sentimento antilusitano atribuído ao próprio partido liberal. Entretanto, ao mesmo tempo em que desvinculava tais conflitos de qualquer entidade “que tenha a mínima importância política”, acabava reconhecendo assim a sua existência. Por outro lado, reduzindo o conflito eleitoral a uma oposição entre liberais e conservadores, não chegava a negar seu caráter étnico; o mesmo artigo do dia anterior já associava os dois lados da questão, em que os conservadores atribuíam aos liberais o

<sup>20</sup> *Ibidem*, grifos no original.

<sup>21</sup> *Correio Mercantil*, 10/09/1848.

antilusitanismo e estes, por sua vez, identificavam nos seus adversários conservadores uma ascendência sobre os “adotivos”, cujo apoio buscavam angariar “com fingidos perigos, para se tornarem necessários”.<sup>22</sup>

Do lado da imprensa conservadora, *O Brasil* não deixaria passar a oportunidade de investir contra o ministério liberal. Ao realçar o caráter antilusitano das manifestações, com seus gritos de “morrão chumbos”, *O Brasil* relacionava-as às manifestações de mesmo teor em Pernambuco e denunciava em tudo isso a responsabilidade do ministério, do qual pedia a demissão:

Enquanto sob a égide do ministério uma facção sanguinolenta ameaçava em Pernambuco a propriedade e a vida de homens pacíficos invocando os mais irrefletidos ódios, os mais funestos preconceitos da população, enquanto sangue humano corria nessas tristes orgias, o ministério dormia indiferente! De Pernambuco traz o ministerialismo e solta em plena Câmara as mesmas provocações, as mesmas paixões; o ministério nem ao menos rompe com os anarquistas (...).<sup>23</sup>

Ao mesmo tempo que este ataque partia da imprensa conservadora, também nas câmaras seus correligionários faziam a discussão girar em torno dos acontecimentos daqueles dias. Na Câmara dos Deputados, Euzébio de Queiroz afirmava terem os distúrbios recebido proteção da polícia, a fim de que, encenando no dia da eleição uma ameaça à ordem pública, fizessem temer qualquer mudança política naquele momento, beneficiando assim os candidatos do governo. “No princípio era a repercussão dos acontecimentos da França”, dizia o deputado; tendo-se mostrado ineficaz o fantasma da revolução européia, o governo partiria então para o fomento de outros medos, lançando mão da oposição entre brasileiros e portugueses, segundo Euzébio uma “mina sempre fértil para os turbulentos”:

(...) foi procurar-se reviver rivalidades e paixões quase extintas, paixões perigosas, para que a coberto dessas paixões assim excitadas, dessas rivalidades assim avivadas, pudesse o governo continuar a manter esse medo em que procura estribar seu poder.<sup>24</sup>

<sup>22</sup> *Correio Mercantil*, 09/09/1848.

<sup>23</sup> *O Brasil*, 11/09/1848.

<sup>24</sup> *Anais da Câmara dos Deputados - 1848*, t. 2, p. 358

Em meio aos gritos ouvidos pela cidade, de *fora galego e mata que é galego*, Euzébio percebia que o constrangimento eleitoral se fazia contra aquelas pessoas de “uma posição um pouco inferior”, enquanto aqueles que “se apresentavam decentemente vestidos” votavam sem qualquer incômodo. Alguma indicação no mesmo sentido se encontrava no discurso feito antes pelo deputado Ferraz em defesa do ministério, e que minimizava os conflitos de rua notando não haver “um só desacato feito a um homem de consideração, a um homem que tenha influência, ou pelo seu talento, ou pelas suas virtudes, ou pela sua fortuna”; segundo Ferraz, todos os distúrbios aconteciam “entre a classe ínfima, os carroceiros, os taverneiros, os cocheiros de tavernas”.<sup>25</sup> Mas entre Ferraz e Euzébio, eram bem diferentes os sentidos que cada um atribuía ao que vira, pois, enquanto para Ferraz isso mostrava não haver uma desordem generalizada, para Euzébio era prova da manipulação política da desordem por parte dos liberais. Ainda segundo Euzébio, mesmo as notícias que se espalharam não passavam de mais um manejó eleitoral dos ministerialistas:

(...) para excitar essas paixões pintando-se imediatamente o fato como insulto feito por um português a um brasileiro, falando em se terem atirado garrafas, para recordar as célebres garrafadas de 1831, a fim de produzir aumento de excitação, porque a que existia não era suficiente, e a eleição talvez não estivesse completamente ganha.<sup>26</sup>

Enquanto isso, no Senado, Vasconcellos apresentava-se dramaticamente “sucumbido” pelo estado de insegurança pública, em que os cidadãos honestos se viam cercados por cacetes, punhais e bacamartes.<sup>27</sup> Seguiu-o Carneiro Leão, que não negava serem todos os incidentes manobras eleitorais, destinadas a intimidar e afastar das urnas os eleitores da oposição, entre os quais ele também reconhecia a existência de “algum ou alguns cidadãos do parágrafo 4”, como se referia aos chamados “adotivos”. O que o discurso de Carneiro Leão ressaltava, no entanto, era o conteúdo antilusitano que se usava para acender o estopim das tais manobras eleitorais, indicando ao mesmo tempo a disseminação e a permanência desse antilusitanismo:

(...) infelizmente a palavra de ordem que esses grupos tumultuários têm tomado é aquela que em todas as ocasiões tem suscitado desordens sérias

<sup>25</sup> *Anais da Câmara dos Deputados - 1848*, t. 2, p. 354.

<sup>26</sup> *Anais da Câmara dos Deputados - 1848*, t. 2, p. 360.

<sup>27</sup> *Ibidem*, p. 78.

no país; ao grito de — morram os portugueses, os chumbos, os marinheiros, ou outros semelhantes que exprimem a mesma idéia —, tem-se sempre seguido conseqüências muito funestas, desastrosas e lamentáveis. Ainda há pouco tivemos um exemplo disso em Pernambuco. (...) se o Presidente do Conselho receia a repercussão dos acontecimentos da França no país, eu mais receio a repercussão destes sucessos [da Corte] nas províncias. (*Apoiados*) Todos nós sabemos que um sentimento de nacionalidade, quase em todas as épocas, e que existe naturalmente em todos os brasileiros, faz aceitar por esses perturbadores toda a idéia, todo o pensamento que se pronuncia contra os portugueses. (...) Este grito é demasiadamente perigoso; este sinal como que dado na Corte pode nas províncias do norte produzir calamidades como outras que já temos tido de deplorar nas diversas épocas da nossa existência política (...)”<sup>28</sup>

Na sessão seguinte, em 11 de setembro, o Ministro do Império compareceu ao Senado para responder às acusações de conivência com as desordens. Comentando, porém, as já tão célebres agressões feitas ao açougueiro, o ministro não negava, como fazia o *Correio Mercantil* dias antes, que houvesse qualquer conotação de conflito étnico no episódio; apenas lastimava “que haja quem ainda hoje queira despertar essa antipatia entre portugueses e brasileiros”<sup>29</sup>; mesmo assim, o ministro considerava exagerados os boatos espalhados sobre a insegurança generalizada na Corte. Quanto à inação da polícia, explicava-se pelo fato de não se encontrarem manifestantes armados de cacetes, mas sim de achas de lenha, o que dificilmente isentaria da acusação de conivência a ele e a seu chefe de polícia, José Maria da Silva Paranhos.

Enquanto o ministério e os representantes liberais buscavam minimizar a violência, reduzindo-a ao nível natural de toda eleição, Vasconcelos dirigia ao governo acusações muito precisas. Para ele, um dos alvos que se teria em vista era a própria existência do Senado<sup>30</sup>, acusação que era ventilada também na Câmara pelo liberal pernambucano Urbano Sabino, não exatamente para negá-la, mas para garantir que só usaria dos meios constitucionais para a reforma do Senado.<sup>31</sup> Além disso, para Vasconcelos, o tumulto serviria ainda para precipitar a demissão do presidente do conselho, Paula Souza, já

<sup>28</sup> *Ibidem*, pp. 88-89.

<sup>29</sup> *Ibidem*, p. 125.

<sup>30</sup> *Ibidem*, p. 167.

<sup>31</sup> *Anais da Câmara dos Deputados - 1848*, t. 2, 365.

enfraquecido, substituindo-o por um outro liberal, visto não ser prudente uma inversão partidária em meio a conflitos de rua. E excitando ainda mais os terrores saquaremas, Vasconcelos invocava o eterno fantasma de 1831, no qual encontrava analogias com a situação liberal de então:

Senhores, sabe-se que no Brasil a grande alavanca da desordem é a rivalidade entre portugueses e brasileiros, é a essa rivalidade que se devem os acontecimentos de 7 de abril de 1831, e a essa rivalidade que se deve uma grande parte das desordens que têm desolado o Brasil. (...) Ora, para mover os brasileiros a tomarem parte nesses planos subterrâneos com que se pretende arruinar a sociedade brasileira, foi-se buscar o grande patriotismo do brasileiro — perseguir o português!<sup>32</sup>

Este era, aliás, o mesmo mote glosado pouco antes por Carneiro Leão, num exemplo de boa afinação entre os discursos dos líderes saquaremas, que sugere, ao mesmo tempo, a eficácia do apelo à memória de 1831, à qual se recorria com certa insistência. Mas acrescentando um ingrediente ainda mais explosivo à polêmica, Carneiro Leão alertava que “até os escravos já se consideram autorizados para fazer manifestações contra os portugueses”,<sup>33</sup> temor corroborado por Dantas, que informava ter um preto entrado em uma venda na ladeira do Saco e espancado um português,<sup>34</sup> e, para ele, era claro que “num país de escravidão este fato não é para desprezar”.<sup>35</sup> Somando, então, os temores revolucionários caseiros, como o sete de abril e a rebeldia escrava, aos temores importados, como o 1848 francês, era fácil para a dupla Carneiro Leão e Vasconcelos dar um passo adiante para concluir das ocorrências nas eleições da Corte uma ameaça comunista, socialista e, enfim, a destruição da sociedade:

*O Sr. C. Leão:* O que é este grito contra os portugueses? O que significa ele? (...) No meu entender, estas vozes contra portugueses não se solta porque se inveja a sorte do português que trabalha a jornal, nem do ilhéu que anda pelas ruas conduzindo uma carroça; estas vozes manifestam a idéia que é afagada por aqueles que têm inveja

<sup>32</sup> *Senado*, p. 173.

<sup>33</sup> *Ibidem*, p. 153.

<sup>34</sup> *Ibidem*, p. 140.

<sup>35</sup> *Ibidem*, p. 129.

dos possuidores de fundos, dos capitalistas, estas vozes são lançadas contra a propriedade. (*Apoiados*)

O Sr. Vasconcelos: É o comunismo.

O Sr. C. Leão: Em França a palavra de ordem é: 'Abaixo os aristocratas, ou Guizotistas, ou legitimistas, ou abaixo os ricos.' Aqui é: 'Abaixo os portugueses'. Nem pensem os nobres senadores que, se a idéia progredisse, haveria escapatória para ninguém (*apoiados*), porque diversos elementos há que haviam de prevalecer: Também os reformistas da França cuidaram que, aplaudindo os movimentos, as manifestações a favor da reforma e associando-se a essas manifestações, eles seriam em último caso os diretores das causas; e o que sucedeu? É que foram excedidos, que ficaram muito atrasados (*apoiados*); e o que triunfou? O que nenhum deles pensava; nem Thiers, nem Odillon Barrot, que acompanhavam as manifestações a favor da reforma, não sabiam que aí estava escondida a república... não a república dos Estados Unidos, mas sim a república democrática e socialista, ou o puro demagogismo, a destruição da sociedade.<sup>36</sup>

Enfim, após três dias de debates, a questão parece ter se esgotado para os senadores, que retornaram à discussão da lei de terras. Mas a imprensa conservadora não deixava que a questão esfriasse. Dez dias depois, *O Brasil* ainda voltava ao tema, desenvolvendo longamente um paralelo entre os incidentes daquele ano e os de 1831, quando “atos de idêntico selvagismo” foram praticados em maior escala, numa conspiração para a dissolução do Império:

(...) os conspiradores perceberam facilmente que não eram suficientes as idéias de pura democracia; (...) portanto lembraram de chamar em seu auxílio uma questão que fosse *palpável*, que nada tivesse de metafísico, e acharam (...) a questão do *lusitanismo*. Para lhe dar importância, envolviam-se nela três antagonismos preñes de ódio: o antagonismo de casta ou de raça, o antagonismo do colono contra o filho da metrópole, e não menos o ciúme que em toda a parte do mundo existe contra o proprietário e o rico que gozam, sem aparente trabalho, das vantagens sociais.<sup>37</sup>

Desses sucessos resultara “a anarquia democrática”; feita a revolução, porém, todas as suas promessas acabaram traídas, e o liberal Feijó, assim que chegou ao poder, cuidou de restabelecer a ordem:

<sup>36</sup> *Ibidem*, p. 157.

<sup>37</sup> *O Brasil*, 21/09/1848.

(...) e os *heróis* de 7 de abril, escarnecidos por aqueles que os haviam iludido para lhes treparem nos ombros e galgarem o poder, foram levados a ferro e fogo, espingardeados no teatro, metralhados na ilha das Cobras, proscritos, exterminados. (...) A repressão brutal e violenta foi completa, e não a censuramos, pois dela saiu a ordem.

Longe de censurar a repressão do padre, o que o redator notava era a diferença entre conservadores e liberais no uso que estes faziam da desordem, pois, ao passo que os conservadores visavam sempre a ordem pública, a prosperidade da nação e a ilustração de todas as classes através da repressão moral, evitando as “provocações da anarquia”, as “declamatórias promessas” e os “estúpidos preconceitos que abalam as classes menos ilustradas da sociedade”, os liberais, ao contrário, “fomentam todos os preconceitos, provocam todas as paixões más, multiplicam princípios funestos e falazes promessas”, mas, uma vez atingidos seus objetivos, se voltavam contra aqueles que lhes haviam servido de instrumentos. Tratava-se, em suma, do lugar que liberais e conservadores concederiam, tanto em seus discursos quanto em suas práticas políticas, aos personagens que emergiam daquelas “classes menos ilustradas”, marcadas pelas paixões e pelos preconceitos. A instrumentalização destes personagens seria um traço distintivo dos liberais, tanto os brasileiros de 1831 como os franceses de 1830, ou os de 1848 em ambos os países.

Só três semanas após os eventos que já haviam custado tanta retórica aos saquaremas da Corte é que o subdelegado de Sant’Anna, Porfírio José da Rocha, veio a público dar a sua versão dos fatos, em um Comunicado publicado no *Diário do Rio de Janeiro*.<sup>38</sup> No relato da autoridade policial, enumeravam-se os incidentes ocorridos a fim de negar-lhes importância: um viva — sem maiores conseqüências — dado “ao ministério português”; uma cabeça de caixeiro atingida por um copo (e o fato de ter sido um copo, e não uma garrafada, talvez fosse um detalhe importante a ser informado); a prisão, no dia 9, de um português e um espanhol que estariam “na praia Formosa em altas vozes provocando os brasileiros, com os epítetos de canalhas, cabras, e outros mais”; outra prisão de um português que insultara e ferira um brasileiro quando este apenas conversava à porta; e a de um escravo que brigara com um caixeiro de uma taberna na rua do Saco. Assim, entre a versão da imprensa oposicionista e a do subdelegado, mantinha-se a existência de um componente étnico nos confrontos; mas longe de serem vítimas, os portugueses se tornavam, no relato do

<sup>38</sup> *Diário do Rio de Janeiro*, 29/09/1848.

subdelegado, os agressores e os provocadores. Mas em nenhum momento saía de cena a rivalidade que a oposição tanto ressaltava, assim como um certo alinhamento entre grupos étnicos e partidos.

Nesse mesmo dia, *O Brasil* continuaria seus ataques aos liberais, que agora se tornavam ironicamente “beneméritos de Portugal”. Segundo o redator conservador, a ação de Paranhos, Nunes Machado e outros acabava prestando um serviço a Portugal, “afugentando do Brasil uma grande porção de capitais que para lá provavelmente acolher-se-ão”. Só a violência, pela qual seriam responsáveis os liberais, conseguiria deter a “tendência que tem a população do reino a emigrar para o Brasil”, e contra a qual nada haviam conseguido o governo e a imprensa de Portugal. Pois o Brasil ainda era, para os portugueses, “a pátria das meias dobradas” e, nesse movimento em busca de fortuna, o reino se despovoava e empobrecia, ao passo que no Brasil ficava para sempre a fortuna feita por estes imigrantes. Porém, segundo *O Brasil*, já se faziam sentir os efeitos da política liberal sobre essa tendência migratória dos portugueses:

Já em Pernambuco, pelo desenvolvimento dos furores praiheiros, negociantes em grande número suspendem seus negócios, liquidam seus haveres e emigram (...). Pernambuco empobrece-se; (...) lucra porém Portugal, pois vai animar a sua indústria, dar valor às suas terras toda a massa de capitais que conseguiram eles levar daqui. No Rio de Janeiro, a cousa ainda não chegou a esse ponto; anda por ora unicamente pelos pobres taberneiros, nem um há que não queira ceder a sua casa; anúncios nesse sentido se multiplicam. Os das classes mais elevadas por ora estão em desconfiada expectativa (...).<sup>39</sup>

Sempre recorrente nos discursos conservadores, a comparação com Pernambuco assumia um significado político preciso naquela situação, que não somente aproximava as duas cidades pela existência de um antilusitanismo, mas também porque em ambas se manifestava, por trás desse fenômeno, a mesma ação subterrânea do partido liberal. Esse significado, porém, mudaria a partir de então, assim como mudava a situação política.

### 3 – A guerra aos galegos e à gravata lavada

O dia em que se publicaram estes últimos artigos foi também o dia em que se encerraram os quase cinco anos da situação liberal.

<sup>39</sup> *O Brasil*, 29/09/1848.

Paula Souza apresentou sua demissão, e um ministério conservador seria organizado em 29 de setembro, tendo à frente Olinda, Monte Alegre e Euzébio. Naquele mesmo dia, *O Brasil* publicaria também uma nota que dava aos liberais um tom especialmente maquiavélico, ao mesmo tempo em que lhes atribuía uma coordenação e uma concatenação talvez fantasiosas, mas em todo caso antecipando com certa precisão uma das conseqüências que teria a recente inversão partidária:

O senhor Salles Torres Homem disse hoje na câmara apertando a mão de um deputado de Pernambuco: ‘Colega, é chegada a ocasião de pôr a peça em cena!’<sup>40</sup>

Tal cena protagonizada por Torres Homem podia não ser real, mas a tensão na província de Pernambuco, que já se arrastava desde o ano anterior, eclodiu num movimento armado em novembro de 1848, no qual os liberais prodigalizavam testemunhos de rivalidades étnicas.<sup>41</sup> De qualquer modo, por exagerada que fosse a concatenação imaginada entre luzias e praieiros, o fato é que Torres Homem seria o autor de uma enérgica defesa dos correligionários pernambucanos, em seu *Libelo*

<sup>40</sup> *Ibidem*.

<sup>41</sup> Ver, por exemplo, os documentos arrolados em MELLO, Jerônimo Martiniano Figueira de. *Autos dos Inquéritos da Revolução Praieira*. Brasília: Senado Federal, 1979. Segundo um manifesto assinado pelos deputados pernambucanos, a “conquista” da província (como os liberais chamavam a inversão partidária na administração) seria “tanto mais ignóbil e aviltante, quanto tem por objetivo dar ganho de causa aos portugueses”, enquanto o presidente nomeado, Manuel Vieira Tosta, era descrito como um “homem de coração feroz, nosso inimigo figadal e todo dedicado à causa dos portugueses” (p. 21); a mesma retórica antilusitana era usada por Antônio Borges da Fonseca em uma carta endereçada ao presidente Tosta: “Como se compraz V. Ex. de eternizar uma guerra fratricida em proveito somente de meia dúzia de galegos? Será V. Ex. brasileiro? Parece que é coisa que deve ser averiguada. (...) V. Ex. está servindo aos portugueses, e é detestável que dessa horda de canibais seja instrumento um brasileiro.” (p. 36-37); em uma correspondência do deputado Peixoto de Brito, justificava-se o recurso às armas como uma reação ao “despotismo de meia dúzia de brasileiros degenerados, que unidos aos portugueses nos pretendem escravizar” (p. 40); o principal órgão da imprensa praieira, o *Diário Novo*, remetia a origem de todo o conflito na província à disputa pelo comércio com os portugueses, aos quais associava os interesses dos conservadores da Corte: “E para que, e por que se derrama assim o nosso sangue, e se nos vota ao extermínio? Para (...) satisfazer aos corruptos dominadores da Corte; as exigências dos ricos *portugueses*, que querem que paguemos com o nosso sangue o arrojo de termos querido por meio de nossos deputados tornar real o ato de nossa Independência, decretando o privativo do *comércio a retalho* para os brasileiros” (p. 99); enfim, o chamado “Manifesto ao Mundo”, de 1 de janeiro de 1849, encampava, junto às reformas políticas, a nacionalização do comércio a retalho, além da denúncia de que “este Brasil é dos portugueses” (p. 107).

*do Povo*, que publicou no início de 1849 sob o pseudônimo de Timandro. Alinhando logo nas primeiras páginas a inversão partidária de 29 de setembro com os eventos europeus de meses antes, Timandro até previa a “queda da tirania” e “risonhas esperanças para os oprimidos”. Não, porém, com ameaças de que a revolução atravessasse o oceano; na verdade, seu *Libelo* invertia o sentido da palavra revolução, moeda corrente no vocabulário político do momento: a revolução que ocorria na Europa ao longo de 1848 era justamente o oposto do que se via à época no Brasil, sob o governo liberal:

Enquanto o velho mundo mudava de pele, e regenerava-se no meio das tormentas da guerra civil, nós, mais felizes, elaborávamos pacificamente os elementos de nossas reformas, sob os auspícios do governo do partido da liberdade (...). Num instante toda esta seguridade é trocada pelo alarma; e ameaça-se nossa liberdade, que nenhuma culpa tivera dos trances por que passaram na Europa os cunhados e parentes de reposteiro.<sup>42</sup>

A quebra da regularidade de um governo de paz e liberdade fora então obra dos conservadores, que envolviam o país em um movimento revolucionário ao qual os liberais vinham conseguindo se manter imunes. E se começava pelas revoluções européias de 1848, o *Libelo* terminava justamente na questão do momento, a predominância dos imigrantes portugueses no comércio, o que se relacionava facilmente ao movimento pernambucano. Porém, a defesa dos praieiros por Timandro se fazia simplesmente como conclusão de uma longa análise da história do Império, que começava pelo “antagonismo entre a soberania nacional e a prerrogativa real”, no primeiro reinado, passava pela “volta do despotismo imperial”, com a queda do ministério da maioria por “influência da facção portuguesa”, até chegar aos “sucessos de 7 de setembro”, isto é, os confrontos nas eleições da Corte, que apressaram a demissão do gabinete Paula Souza. Estes confrontos tinham que ser compreendidos à luz das circunstâncias que o precederam, e que remontavam aos projetos apresentados por Nunes Machado no ano anterior, a fim de “fazer baquear o monopólio do comércio de retalho, de que estão de plena e exclusiva posse os Portugueses, e franquear aos filhos do país essa carreira, que lhes há sido até hoje inteiramente fechada”.<sup>43</sup> O comércio, segundo Timandro,

<sup>42</sup> TORRES HOMEM, Francisco de Sales. “O Libelo do Povo por Timandro”. In: MAGALHÃES JR., Raimundo. *Três panfletários do segundo reinado*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1956, p. 60.

<sup>43</sup> *Ibidem*, p. 112.

era a principal indústria do país, mais até do que a agricultura, de onde a “concorrência aviltante do negro” afugentava o trabalhador livre. Esta indústria, no entanto:

(...) não é para o Brasileiro; não; ela pertence ao aluvião de Portugueses, que enchem e desnacionalizam as capitais de nossas províncias marítimas, e que mensalmente se recrutam com centos e centos de recém-chegados, os quais vêm ainda minguar nossa civilização, impregnando-a de seu espírito estreito, estacionário e rotineiro, como se não bastasse o infortúnio de ter sido o Brasil descoberto e colonizado por eles. Em vão tentará o filho do país ser admitido como caixeiro nos delubros da plutocracia lusitana; todas as portas se lhe fecham; tais empregos estão reservados para os patricios pequeninos, que vieram ou hão de vir d’além-mar contando com o apoio e proteção desta confraria de nacionalidade. (...) Assim, enquanto milhares de brasileiros obscuramente vegetam sem ocupação, sem carreira, sem posição, eles aqui encontram o Eldorado, os meios de uma opulência rápida e fácil; para os Portugueses, as premissas da produção, os pomos d’ouro, a importância e a influência que dá o dinheiro; para nós outros, os espinhos, o serviço militar, o imposto do sangue, as fadigas ingratas e estéreis, a miséria e o hospital!<sup>44</sup>

Embora a fama lhe tenha vindo sobretudo do *Libelo do Povo*, Torres Homem já colaborava com a redação do *Correio Mercantil* antes de publicar esse panfleto; e tão logo esse jornal passava à oposição, aderiria claramente à retórica nacionalista, ainda que sem dirigir-se aos portugueses, mas aos estrangeiros em geral:

A condição de um brasileiro no Brasil é inferior em muitos pontos à dos nossos hóspedes. Cumpre acabar com os tratados que criaram e mantêm esse anômalo estado de coisas. São opostos à soberania e à independência nacional.<sup>45</sup>

O tema que tão delicado parecera a um jornal governista, ganhava agora no *Correio* uma nova ênfase, pretendia chamar a atenção “para a condição dos Brasileiros, excluídos de algumas profissões, e colocados em terrível posição pelos privilégios escandalosos e antinacionais” de que gozavam os estrangeiros.<sup>46</sup> Mas, para o redator

<sup>44</sup> *Ibidem*, p. 113.

<sup>45</sup> *Correio Mercantil*, 14/10/1848.

<sup>46</sup> *Correio Mercantil*, 23/11/1848.

liberal, estes privilégios não se dissociavam da própria política antinacional dos saquaremas, cuja base de apoio eram os interesses estrangeiros:

Muitas vezes se tem demonstrado que a política dominante, sempre que tem dirigido os negócios do Estado, conta como um dos elementos de sua força o apoio de estrangeiros residentes contra os nacionais. Um partido em evidente minoria no país (...) não duvida reforçar suas falanges, em que os brasileiros não são muitos, entremeando-os com estrangeiros. A estes se apresentam os chefes saquaremas [sic] como os seus únicos defensores, ousando caluniar o dócil povo do Brasil e pintá-lo como inimigo dos seus hóspedes, e como *invejoso do seu dinheiro*. Para com os brasileiros em geral e para com os homens sinceros do seu partido, desculpam-se esses audazes sustentadores da influência estrangeira com as banalidades que ninguém ainda contestou, de necessidade de colonização e de importação de capitais.<sup>47</sup>

É verdade que o mesmo *Correio*, alguns meses atrás, era quem discorria sobre a necessidade de colonos e capitais, quando Nunes Machado apresentou seus projetos sobre o comércio a retalho. Mas naquele momento o jornal governista tinha que lidar com a incômoda iniciativa de seu correligionário, enquanto agora as nuances entre o interesse nacional e a xenofobia se esmaeciam no lusco-fusco comum da oposição, cabendo apenas aos adversários conservadores o ônus da influência estrangeira. Talvez o redator nem se desse conta de que acabava se referindo a seus adversários conservadores como “miguelistas”, recuperando, assim, o vocabulário político do primeiro reinado e da regência, e das lutas em torno da sucessão portuguesa, que opuseram D. Pedro e D. Miguel. Assim, mesmo quando não houvesse qualquer “guerra aos portugueses”, era entre os portugueses que se encontravam as armas de uma guerra retórica, com as quais se podiam desqualificar os adversários na luta política, com toda a carga que carregava, já em meados do século XIX, a idéia do absolutismo.<sup>48</sup>

A ambigüidade do discurso liberal, que se distinguia dos conservadores recuperando a tópica da nacionalidade, ao mesmo tempo em que tinha que se afastar dos significados a ela associados — conflitos de rua, mobilização da “classe ínfima” e a própria revolução, como no caso de 1831 —, seria de alguma maneira resolvida ainda naquele

<sup>47</sup> *Idem.*

<sup>48</sup> Sob o mesmo título, “A Nacionalidade”, e reafirmando os mesmos argumentos, o *Correio Mercantil* publicou um outro artigo no dia 26/11.

início de 1849, pelo surgimento de um novo jornal, em pequeno formato, chamado *O Maribondo*. Ao que parece, o novo órgão, que se classificava como um “jornal político joco-sério”, surgia de uma cisão no grupo de jornalistas liberais, visto que a sua redação era atribuída a Paranhos,<sup>49</sup> que também fora colaborador do *Correio Mercantil* e chefe de polícia da situação anterior, acusado de conivência nos episódios de setembro. Neste caso, o surgimento deste novo jornal do seio do mesmo grupo responsável pelo *Correio*, faz pensar em uma conveniente divisão do trabalho, deixando ao órgão mais antigo a discussão política em termos mais respeitáveis e reservando à nova folha os ataques mais baixos e as ameaças xenófobas.

*O Maribondo* trazia desde sua epígrafe uma quadrinha que não deixava dúvidas quanto a sua vinculação étnico-partidária: “Este bichinho / Dá ferroadá / Nos saquaremas / Na galegada”. Em seu segundo número descrevia o que teria sido “mais uma provocação dos galegos”, que teriam insultado aos brasileiros, chamando-os “selvagens, cabritos, cambada de bodes, cabras, mendigos”<sup>50</sup>. Não havia grande novidade na acusação do *Maribondo*, mas é significativo o local do incidente – o Teatro São Januário –, pois este era reconhecido como o preferido da “classe caixeiral”,<sup>51</sup> o que reforça o significado de tais rivalidades como uma disputa dentro do segmento do comércio. Em seu número seguinte, *O Maribondo* dedicaria ainda mais espaço ao tema, desta vez relatando um fato ocorrido em Pernambuco, e originado, mais uma vez, por uma ofensa à nacionalidade: como o jornal português *Echo Popular* tivesse publicado “uma enxurrada de nomes porcos (...) contra o Brasil, dizendo que era terra de ladrões, de assassinos, de bárbaros, de mulatos, de miseráveis”, o jornal pernambucano *Voz do Brasil* respondeu “provando concludentemente e com toda a dignidade que a maior parte dos ladrões, assassinos e malvados de toda a espécie que enchem as nossas prisões e galés são Portugueses, e que se eles para cá não viessem seria o nosso país uma terra de promessa, onde o crime seria raro, ou não existiria”.<sup>52</sup> Em consequência desta defesa dos brasileiros feita pelo periódico, o presidente Manuel Vieira Tosta (comumente chamado Bosta, nas páginas do *Maribondo*) teria determinado o fechamento da tipografia e a prisão do redator da *Voz do Brasil*, “sem dúvida por imperiosa requisição dos

<sup>49</sup> A autoria é atribuída, por exemplo, por BLAKE, A. V. A. Sacramento. *Dicionário Bibliográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1899, vol. V, p. 51.

<sup>50</sup> *O Maribondo*, 07/02/1849.

<sup>51</sup> SOUZA, Sílvia Cristina Martins de. *As noites do Ginásio: teatro e tensões culturais na Corte (1832-1868)*. Campinas: Ed. da Unicamp/Cecult, 2002, p. 281.

<sup>52</sup> *O Maribondo*, 1/02/1849.

*galegos* que se apregoam nossos senhores!!!”, uma vez que, para se manter no poder contra os votos da nação, os conservadores buscariam “por todos os modos conseguir as boas graças dos nossos figadais inimigos”.

Passando da província à Corte, o jornal informava ainda sobre outro “horroroso atentado”, quando “um grupo de labregos”, reunido no Jardim Botânico, soltou vivas a Portugal e hasteou sua bandeira. O temor de que isto fosse indício de “algum tenebroso plano” era reforçado pela informação de que, desde o final de janeiro, mais de duas mil armas teriam sido vendidas a estrangeiros:

Confrontai, Brasileiros, este fato com as provocações e atentados cometidos ultimamente (...) pela cáfila infrene dos galegos; e refleti se não há por aí alguma intenção sinistra, da parte dessas víboras que alimentamos em nosso seio, de acordo com os *sacaremos*, protegendo-se mutuamente para guerrear a liberdade e suplantarem a nacionalidade.<sup>53</sup>

O antilusitanismo continuava a ganhar espaço no discurso liberal, na medida em que proliferavam naquele momento os periódicos da mesma tendência. No mesmo mês de fevereiro de 1849, poucos dias após o surgimento d’O *Maribondo*, era a vez d’O *Guarda Nacional* vir a público contra os emigrados portugueses, identificados ao tráfico de escravos e à competição no mercado de trabalho e de casamentos, combinação com que se esperava sensibilizar o leitor, fosse pelo lado moral, econômico ou sexual:

Muito felizes são entre nós os galegos; mendigando em sua terra, e lá não achando meios de subsistência, vêm para o Brasil; simples serventes apresentam-se mestres de obra, e eis ficando os nossos pedreiros e carpinteiros sem rendimentos; outros atiram-se ao contrabando infame de carne humana, e eis com poucos anos ricos proprietários, comendadores, e já influenciando nos destinos deste país —, e que *biba Portugali*, a terra do *vom binbo*; e até para vergonha de nossa polícia, frades lá apresentam-se no Brasil como se tais não fossem, arvoram-se em procuradores, e até muitos têm a habilidade de contraírem casamentos com patricias nossas só com o fim de dissiparem seus bens!!! E é possível que estes desaforos continuem por muito tempo?! Não, camaradas, gritamos com o Guarda Nacional: — Guerra a semelhantes galegos!<sup>54</sup>

<sup>53</sup> *Idem.*

<sup>54</sup> O *Guarda Nacional*, 17/02/1849.

Enquanto isso, *O Maribondo* voltava à carga contra os portugueses, dirigindo-se diretamente aos operários do arsenal da guerra. Segundo afirmava *O Maribondo*, existiria, graças aos liberais, uma lei que garantia aumentos periódicos nos jornais dos operários, o que os conservadores não somente descumpriam, mas ainda perseguiram os operários simpatizantes do partido liberal, que além do mais estavam sempre pressionados pela presença dos trabalhadores portugueses:

(...) agora que por *alicantinas de reposteiro* agarraram o poder os malvados *saquaremas*, que só procuram agradar aos contrabandistas de meias-caras, monopolistas e traficantes de tudo quanto há nesta boa terra de mãe Joana, (...) longe dos artistas nacionais receberem esse aumento são demitidos e enxotados das oficinas e mesmo recrutados, embora lhes assista as isenções da lei, só pelo inaudito crime de *lerem periódicos verdes e amarelos* (já se sabe, os *liberais*) ou por cometerem o *grande atentado* de andarem de luto pela morte do nunca assaz chorado patriota Joaquim Nunes Machado!! Com este infame procedimento, o maldito *governo miguelista* não só tem conseguido o fim de punir os artistas nacionais que não pertencem à sua grei, como também o de admitir e inundar todas as repartições e obras públicas de *ilbêns carroceiros* e de outros *galegos*, vindos de propósito da *santa terrinha* para serem cá empregados com a condição de prestarem decidido apoio à horrível missão do partido *saquarema* (...).<sup>55</sup>

A relação que se fazia entre o antilusitanismo e os liberais do *Correio Mercantil* era tão clara que o português emigrado João d'Aboim, um ex-colaborador daquele jornal, viria a público, por meio de uma correspondência no *Jornal do Commercio*, defender-se das acusações de haver também ele escrito contra os portugueses. E talvez isso mesmo explicasse a referência de Aboim ao “pouco tempo em que fiz uma pequena parte da redação do *Mercantil*”; afinal, se ele negava ser autor de qualquer artigo político, limitando-se a escrever “folhetins sobre teatros e legendas de santos”, era para não ganhar os ressentimentos de portugueses nem de brasileiros.<sup>56</sup> Era bem possível, então, que tais crivos de nacionalidade demarcassem também o público da imprensa, assim como os partidos.

Acompanhando a efervescência liberal e antilusitana do momento, surgiria também um novo periódico conservador, *O Sentinela*

<sup>55</sup> *O Maribondo*, 03/03/1849.

<sup>56</sup> *Jornal do Commercio*, 25/03/1849.

*do Trono*, que, no seu segundo número, também dedicava um artigo à “guerra aos portugueses” movida pela “facção anárquica e republicana”. Mas se o *Sentinela* negava que os portugueses gozassem de vantagens do governo ou ocupassem posições oficiais, acabava convergindo para o mesmo ponto de onde partia o sentimento antilusitano propagado pelos periódicos liberais, a prosperidade econômica dos imigrantes, que, neste caso, era apontada até como uma virtude, a imagem do imigrante ideal:

(...) verdade é que aqui chegam destituídos de meios, e que se tornam ricos capitalistas, porém isso mesmo os torna mais dignos da atenção e da estima do país; nada trazem senão seu gênio e seus braços robustos, tornam-se ricos trabalhando, fazem grandes propriedades, e portanto empregam seus capitais no país e não em levá-los para sua pátria (...). De todos os estrangeiros que vêm para o Brasil são estes e os ingleses os únicos que de caráter industrioso e serviçal fazem benefícios ao país que lhes dá hospitalidade (...).<sup>57</sup>

Enquanto isso, da parte da imprensa liberal, continuavam a se reproduzir não só os ataques aos portugueses, mas os próprios periódicos, como era o caso de mais um jornal em pequeno formato, *O Fuzil*, o terceiro na mesma linha editorial a circular num espaço de dois meses. Realçando a concorrência dos “galegos” no mercado de trabalho urbano, *O Fuzil* também denunciava os privilégios de que eles gozavam, a começar pelas posturas municipais, que, “enquanto não consentem um preto parado com um tabuleiro no chão, permitem aos galegos estender pelas ruas os seus fardos a modo de ser às vezes proibida a passagem”.<sup>58</sup> Denúncias no mesmo sentido, quanto aos privilégios dos portugueses, partiam também de uma correspondência de um certo Roceiro, da vila de Iguaçu, que relatava as provocações dos “vis galegos” quando naquela vila chegou a notícia da morte do deputado praieiro Nunes Machado, demonstrando publicamente sua satisfação e acabando por “dar tiros em casas de maribondos”, em alusão aos simpatizantes do periódico da Corte. Além disso, um português chamado Joaquim Alfaiate, ao passar diante de um brasileiro, teria tirado “um lenço de seda verde e amarelo, em cujo centro estavam as armas imperiais”, e cuspidor nelas. É possível que o correspondente de *O Fuzil* fosse apenas um péssimo narrador, mas o que se concluiu de sua carta é que de todas essas provocações não havia resultado

<sup>57</sup> *O Sentinela do Trono*, 28/03/1849.

<sup>58</sup> *O Fuzil*, 01/04/1849.

nada que se comparasse aos conflitos de setembro nas ruas da Corte. Mesmo assim, as provocações dos “vis galegos” faziam o redator clamar por independência, voltando suas ameaças mais exaltadas contra outros estrangeiros, os proprietários (franceses) do *Jornal do Commercio*, num ataque que não deixava de relacionar-se ainda à tópica antilusitana e liberal, mas que revelava uma outra disputa, delimitada pelo espaço da própria imprensa:

O papelão do *Jornal do Commercio*, esse insolente estrangeiro que naturalizou-se para poder livremente insultar aos Brasileiros (...); esse guardanapo escravo dos sabujos portugueses ousou, ainda ontem, (...) rejeitar o artigo que devia imprimir, anunciando o aparecimento deste nosso jornal, avançando com o maior desdém e escárnio — que não sabia o que era o partido liberal (...). Lembre-se porém o — Picoteiro — que o primeiro dono do *Jornal do Commercio*, Mr. Plancher, por muito menos, sofreu, e há bastantes anos, o justo castigo, vendo sair a papelada pelas janelas, e que não estará longe o dia em que os mesmos Brasileiros indignados com tantas afrontas façam sair pelas mesmas janelas em corpo e alma o atrevidíssimo Picot e companhia, e entregues ao furor dos moleques essas figuras dignas de riso e de desprezo: Oh! e assim acontecerá.<sup>59</sup>

Voltando a tomar parte na polêmica, o *Correio Mercantil* não negaria que “a rivalidade entre Brasileiros e Portugueses sempre existiu no Brasil”, nem que este tema sempre tivesse servido a “imputações dos partidos”. O que a folha ligada às lideranças do partido liberal da Corte tentava negar é que tal rivalidade visasse apenas a riqueza dos portugueses, refutando assim a associação que os saquaremas tentavam fazer entre a política liberal (que não raro recorreria à mobilização das “massas inconsideradas” e até à revolta armada) e a ameaça à propriedade.<sup>60</sup> E, de fato, quando *O Fuzil* mirasse uma vez mais contra os portugueses, não seria propriamente do dinheiro que se tratava, mas da origem desse dinheiro, que tornava os portugueses responsáveis pelo atraso material e moral do Brasil, pois que eles controlavam, segundo garantia *O Fuzil*, o “tráfico de carne humana”, que fazia o país parecer selvagem aos olhos das nações civilizadas, ainda mais quando aos interesses dos portugueses encontravam-se

<sup>59</sup> *O Fuzil*, 01/04/1849.

<sup>60</sup> *Correio Mercantil*, 30/04/1849. Ressaltando que tal acusação era nova, vista pela primeira vez, o redator confirma-nos que esta associação devia ser decorrência do 1848 francês.

ligados os do ministério saquarema, que protegia os traficantes “contra todos os interesses da nação”.<sup>61</sup>

Quase um ano após a ascensão do gabinete conservador, finalmente abriu-se uma campanha eleitoral, e o *Guarda Nacional* somaria então ao crivo da nacionalidade uma clara distinção social entre os partidos: dirigindo-se diretamente aos “trabalhadores de todos ofícios, sapateiros, carpinteiros, pedreiros e outros”, pedia-lhes que não dessem seus votos aos “fidalgos”, “homens de bem”, “de gravata lavada”, já que estes os tinham na conta de “gente muito ordinária”, “uns chinelos”, “uns esfarrapados”.<sup>62</sup>

Já nas vésperas da eleição, o *Correio Mercantil* passava a reproduzir a opinião de periódicos portugueses sobre os emigrados no Brasil, e chamava a atenção dos “nossos hóspedes” para um artigo da *Nação*, segundo o qual, nas eleições brasileiras, “quaisquer que possam ou devam ser as simpatias dos Portugueses por estes ou aqueles candidatos, é claro que o seu dever é a mais completa abstenção”.<sup>63</sup> No dia 7 de setembro, exatamente um ano após os incidentes que deram origem a toda movimentação jornalística em torno do tema do antilusitanismo, o *Correio* tentava mudar a ênfase do discurso, chamando a atenção dos leitores para o cosmopolitismo da política de Minas Gerais, onde “na divisão dos partidos se faz completa abstração do lugar do nascimento dos indivíduos”.<sup>64</sup> A rivalidade entre portugueses e brasileiros refletiria simplesmente as condições particulares da Corte e de outras “cidades marítimas”, onde se fazia sentir “o odioso da nossa legislação, que arreda os nacionais da carreira do comércio”. Dessa maneira, a identidade nacional deixaria de ser um elemento da própria definição partidária e, uma vez removidos os obstáculos à penetração dos brasileiros no comércio das cidades litorâneas (obstáculos devidos apenas ao “odioso da nossa legislação”), nem mesmo seria necessário esperar pela neutralidade política dos imigrantes portugueses — “o que é talvez impossível à vista da multiplicidade de laços que os prendem aos Brasileiros” —, mas apenas que eles se distinguissem “conforme suas simpatias e opiniões políticas”, e não pela nacionalidade.

Finalmente, no dia 9, o Folhetim do *Jornal do Commercio* publicaria um breve conto intitulado “Novo Gil Braz”, que contava a vida de um imigrante português chamado Braz Gadanho, que chegara sozinho ao

<sup>61</sup> *O Fuzil*, 10/05/1849.

<sup>62</sup> *O Guarda Nacional*, 03/08/1849.

<sup>63</sup> *Correio Mercantil*, 04/09/1849.

<sup>64</sup> *Correio Mercantil*, 07/09/1849.

Rio de Janeiro, aos doze anos, para trabalhar como caixeiro. Logo demitido de seu posto no comércio, onde não lograra encontrar a tão sonhada “árvore de patacas”, Braz passa a perambular por situações várias dos mundos do trabalho e do não-trabalho, mas a conclusão do folhetinista nem de longe implicava uma condenação ao sonho de fortuna ou aos duvidosos expedientes do imigrante português, finalmente pacificando, pelo menos no discurso, o convívio com os chamados adotivos:

O herói cujos feitos acabamos de relatar devera ter começado a sua carreira nesta época de luzes; porque, industrioso como era, outros meios acharia ele mais seguros de enriquecer em pouco tempo. (...) Felizmente a grande maioria daqueles que para cá nos mandava a metrópole preferiram aos meios torpes de adquirir fortuna o trabalho honesto e produtivo, tornando-se assim dignos do respeito de seus filhos brasileiros e dignos das bênçãos da pátria adotiva.<sup>65</sup>

#### 4 - Conclusão

A emergência de um discurso fortemente antilusitano na imprensa em um determinado momento e, ainda mais, o seu arrefecimento levam-nos a formular alguns questionamentos. Que a origem de tudo se encontrava na disputa entre trabalhadores nativos e imigrantes pelo mercado de trabalho é fato mais que estabelecido por aqueles discursos e mensurado pela historiografia. Entretanto, ainda que tudo que temos visto até aqui confirme a existência deste ingrediente alimentando permanentemente as tensões, não deixa de ser muito sugestivo que os momentos em que estes conflitos se manifestam com mais clareza sejam não apenas momentos de competição com os imigrantes portugueses no mercado de trabalho urbano (como parece ter sido boa parte do século XIX) mas sobretudo momentos de instabilidade política. Afinal, a partir de 1849, a população portuguesa da Corte continuou crescendo: nos cinco anos entre 1849 e 1853, teriam entrado pelo porto do Rio 36.452 imigrantes; de 1854 a 1860, seriam mais 56.145<sup>66</sup>; apesar do retorno de um bom número destes, chegariam à proporção de 20% da população do município em 1872, ou 24,7% da população livre.<sup>67</sup> Entretanto, as décadas de 1850 e 1860 não foram especialmente marcadas por conflitos

<sup>65</sup> *Jornal do Commercio*, 09/09/1849.

<sup>66</sup> *Jornal do Commercio*, 03/12/1860. *Apud* VITORINO, Artur J. R.. *Cercamento à Brasileira: conformação do mercado de trabalho livre na Corte das décadas de 1850 a 1880*. Campinas – SP: 2002. Tese de Doutorado. p. 109.

<sup>67</sup> Alencastro, *loc. cit.*

de perfil antilusitano, como foram as de 1830 e 1840. Por outro lado, a agitação nativista em sua expressão antilusitana se reproduziria em regiões que dificilmente identificaríamos às condições demográficas e econômicas verificadas nas grandes cidades do litoral.<sup>68</sup>

Dessa maneira, é preciso considerar que o que proporciona o relevo às agitações das décadas de 1830 e 1840 na Corte talvez não possa ser encontrado apenas no dado estrutural da presença demográfica e econômica da população portuguesa na cidade — que, de resto, não se altera durante um período bem mais longo —, mas também, e talvez sobretudo, na eventual instrumentalização deste elemento na construção de uma identidade política própria ao partido liberal. E, neste ponto, a linguagem e as identidades políticas podem ser pensadas principalmente a partir da contribuição que a antropologia das últimas décadas tem nos dado para o entendimento da identidade étnica, conceito operacional para nossos fins na medida em que, como há tempos notou Manuela Carneiro da Cunha, “descobriu-se que a etnicidade podia ser uma linguagem. Ou melhor, (...) que podia ser uma retórica”.<sup>69</sup> Entendida como uma forma de interação entre grupos num contexto social comum<sup>70</sup>, fazendo uso de diferentes representações culturais em processos de inclusão e exclusão, a identidade étnica possui um caráter essencialmente dinâmico, que lhe vem do fato de ser, fundamentalmente, contrastiva e arbitrária. Contrastiva, porque nunca existe isoladamente, mas sempre numa oposição a outro grupo, “como resposta política a uma conjuntura, resposta articulada com as outras identidades em jogo, com as quais forma um sistema”.<sup>71</sup> E arbitrária, porque aquilo que define a identidade de um grupo não está previamente inscrito na história desse grupo, formando com ela uma totalidade essencial. A escolha de determinados traços, que são acentuados e ganham visibilidade como sinais diacríticos do grupo é sempre uma

<sup>68</sup> Ver, por exemplo, os artigos de Seckinger, Ron L. “The politics of nativism: ethnic prejudice and political power in Mato Grosso, 1831-1834”. *The Americas*, vol. 31, n° 4, 1975; Bieber, Judy. “When liberalism goes local: nativism and partisan identity in the ‘Sertão Mineiro’, Brazil, 1831-1850”. *Luso-Brazilian Review*, 37 (2), 2000.

<sup>69</sup> Cunha, Manuela Carneiro da. “Etnicidade: da cultura residual mas irredutível”, *Revista de Cultura e Política*. São Paulo, n° 1, 1979, p. 35.

<sup>70</sup> A definição é de Abner Cohen, citada a partir de Oliveira, Roberto Cardoso de. *Caminhos da etnicidade: ensaios sobre etnicidade e multiculturalismo*. São Paulo: Editora Unesp; Brasília: Paralelo 15, 2006, p. 23, onde vem antecedida do exemplo: “Diferenças entre chineses e hindus, consideradas dentro de seus respectivos países, seriam diferenças nacionais, mas não étnicas. Mas quando grupos de imigrantes chineses e hindus interatuam numa terra estrangeira enquanto chineses e hindus, eles podem ser referidos como grupos étnicos.”

<sup>71</sup> Cunha, Manuela Carneiro da. *Negros, estrangeiros: os escravos libertos e sua volta à África*. São Paulo: Brasiliense, 1985., p. 206.

escolha que se faz no contato com outro grupo, quando se descobrem os traços que servem ao contraste. Como notou Manuela Carneiro da Cunha, a bagagem cultural “deve ser sucinta: não se levam para a diáspora todos os seus pertences. Manda-se buscar o que é operativo para servir ao contraste”.<sup>72</sup> Trata-se, sempre, de uma escolha política.

No nosso caso, procuramos entender como as linguagens políticas se constituem como sinais diacríticos de determinados grupos que, na sua origem, deviam se ligar a redes de interesses socioeconômicos específicos, mas que também, na necessidade de se legitimar no campo político, são levados a constituírem, com seus discursos, redes de interlocução cujos participantes podem ser totalmente estranhos às redes que lhes deram origem. É o jogo que, bem ou mal, engendra o sistema representativo e que consegue mobilizar pessoas que saem às ruas aos gritos de mata-galego. Dessa maneira, o anti-lusitanismo serviu para estruturar a identidade dos liberais do primeiro reinado e da regência, sendo apropriado em momentos de tensão na década de 1840, para enfim desaparecer do partido liberal que ressurgiu em 1860, e que construiria sua identidade sobre uma outra linguagem.

É claro que é impossível dizer se teria existido uma imprensa lusófoba no Rio de Janeiro de 1849 se meses antes não tivesse ocorrido uma inversão partidária e mais tarde a dissolução da Câmara; mas a presença de Paranhos à frente, primeiro, da polícia da Corte, e depois, de um desses periódicos, leva a supor que a resposta seja não, e que a eclosão dos discursos de um antilusitanismo mais extremado surtem, de fato, como uma reação adequada à ascensão saquarema, estando ausente da situação liberal anterior. Dessa maneira, há que se perguntar até que ponto não foi este jogo partidário, mais que as condições específicas do mercado de trabalho urbano da Corte, que levou à eclosão de determinados conflitos, como aqueles iniciados com as eleições de 1848 e suas decorrências jornalísticas do ano seguinte. De fato, por mais parecida que fosse a tensão social no mundo do trabalho, o mundo da política mudava, e o partido liberal que se formou na regência e foi subjugado em 1849 já seria bem diferente daquele que ressurgiria em 1860.<sup>73</sup> E uma das diferenças parece ser justamente o enfraquecimento daquela tópica nacionalista – e antilusitana – que tinha servido para delimitar os campos partidários no momento da sua formação.

<sup>72</sup> Cunha, Manuela Carneiro da. “Etnicidade: da cultura residual mas irredutível”, *op. cit.*, p. 36.

<sup>73</sup> Veja-se a esse respeito o artigo de Silvana Mota Barbosa, “Panfletos vendidos como canela: anotações em torno do debate político nos anos de 1860”. In: CARVALHO, José Murilo; RIBEIRO, Gladys Sabina; (orgs). *Nação e Cidadania no Império: novos horizontes*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.